

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

AUDITORIA E ANÁLISES DE DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

QUESTÃO 51

As vantagens de utilização do indicador de valor econômico agregado, que tem por objetivo mensurar a possibilidade de determinado investimento gerar ganhos reais para acionistas e credores, incluem o(a)

- A emprego de um método avaliativo criado a partir de fundamentos teóricos nunca antes usados.
- B estímulo à realização de investimentos crescentes.
- C avaliação favorável de empresas com elevado percentual de capital intelectual.
- D viabilidade de avaliação correta de empresas recém-constituídas.
- E avaliação de desempenho de empresas na compra e venda de ações.

QUESTÃO 52

Se, em certo momento do exercício financeiro, os estoques de determinada empresa estiverem obsoletos e não representarem com fidelidade os saldos apresentados nas demonstrações contábeis, o indicador para demonstrar corretamente a tendência da empresa de cumprir, ou não, suas obrigações de curto prazo é o indicador de liquidez

- A do endividamento.
- B imediata.
- C corrente.
- D seca.
- E geral.

QUESTÃO 53

A principal característica da análise horizontal das demonstrações financeiras de uma empresa é

- A ser calculada como percentual de determinada conta em relação a um valor-base.
- B comparar as posições da empresa com outros padrões do seu ramo de atuação.
- C demonstrar a proporção das fontes e das aplicações de recursos da empresa.
- D avaliar a situação da empresa independentemente das alterações inflacionárias.
- E medir a evolução das contas, o que permite avaliar tendências futuras.

QUESTÃO 54

O auditor independente que, ao realizar trabalho de asseguarção em determinada entidade, verificar que os efeitos ou possíveis efeitos de distorções são relevantes, mas não generalizados, deverá emitir conclusão

- A com ressalvas.
- B pela abstenção.
- C adversa.
- D favorável.
- E pela retirada do trabalho.

QUESTÃO 55

Determinado trabalho de um auditor consiste em examinar as demonstrações contábeis e outros relatórios financeiros, com o objetivo de expressar sua opinião, materializada em relatório de auditoria, acerca da adequação desses demonstrativos em relação aos princípios de contabilidade. Nesse caso, o trabalho realizado pelo auditor denomina-se auditoria

- A contábil.
- B de regularidade.
- C de cumprimento legal.
- D operacional.
- E patrimonial.

QUESTÃO 56

A informação encontrada por profissional de auditoria governamental no curso dos trabalhos de auditoria e que sirva tão somente como auxiliar para o alcance das conclusões de auditoria é denominada informação

- A fidedigna.
- B suficiente.
- C material.
- D útil.
- E relevante.

QUESTÃO 57

Ao estabelecer a forma, o conteúdo e a extensão da documentação de auditoria, o auditor poderá ignorar

- A a natureza e a extensão das exceções identificadas.
- B os riscos de distorção relevantes identificados.
- C o tamanho e a complexidade da entidade.
- D a metodologia de auditoria utilizada.
- E a quantidade de sócios da entidade auditada.

QUESTÃO 58

Antes de iniciar a etapa de planejamento de determinada auditoria, o auditor deve

- A definir o envolvimento de especialistas.
- B estabelecer o entendimento dos termos do trabalho.
- C definir os procedimentos analíticos a serem aplicados.
- D obter entendimento global da entidade a ser auditada.
- E determinar a materialidade do objeto de auditoria.

QUESTÃO 59

Se, ao investigar flutuações e relações identificadas, o auditor concluir que elas são inconsistentes com outras informações relevantes, essa investigação caracterizará o procedimento de auditoria denominado

- A reexecução.
- B confirmação externa.
- C inspeção.
- D observação.
- E procedimento analítico.

QUESTÃO 60

Se determinado auditor examinar demonstrações contábeis que, em sua opinião, não atinjam uma apresentação adequada, embora estejam de acordo com os requisitos de apresentação das normas técnicas, ele deverá

- Ⓐ ignorar a forma de apresentação.
- Ⓑ abster-se de emitir sua opinião.
- Ⓒ expressar opinião não modificada.
- Ⓓ concluir pela existência de distorções relevantes.
- Ⓔ consultar a administração da entidade e, se necessário, modificar sua opinião.

CONTABILIDADE GERAL E CONTABILIDADE PÚBLICA

QUESTÃO 61

As tabelas a seguir apresentam as movimentações patrimoniais relativas aos meses de dezembro de 2017 e janeiro de 2018 de uma sociedade empresária que utiliza o regime de competência contábil.

pagamento		
data	despesa relativa a	valor (R\$)
janeiro de 2018	dezembro de 2017	43.000
dezembro de 2017	janeiro de 2018	84.000
dezembro de 2017	dezembro de 2017	47.000

recebimento		
data	receita de	valor (R\$)
janeiro de 2018	venda relativa a dezembro de 2017	77.000
dezembro de 2017	serviços prestados em janeiro de 2018	48.000
dezembro de 2017	venda relativa a dezembro de 2017	39.000

Desconsiderados eventuais tributos incidentes e encargos financeiros incorridos, as transações constantes das tabelas precedentes indicam que, no mês de dezembro de 2017, houve

- Ⓐ prejuízo superior a R\$ 25.000 e inferior a R\$ 40.000.
- Ⓑ lucro superior a R\$ 10.000 e inferior a R\$ 20.000.
- Ⓒ lucro superior a R\$ 20.000 e inferior a R\$ 30.000.
- Ⓓ prejuízo inferior a R\$ 10.000.
- Ⓔ prejuízo superior a R\$ 10.000 e inferior a R\$ 25.000.

QUESTÃO 62

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a apuração do valor realizável líquido do estoque de produtos semiacabados em uma sociedade empresária industrial, basta que sejam deduzidas da receita de venda estimada no curso normal dos negócios as despesas estimadas para a venda e o

- Ⓐ montante de custos gerais para acabamento.
- Ⓑ custo total estimado para a conclusão do produto.
- Ⓒ valor de mercado dos insumos envolvidos na produção.
- Ⓓ valor dos custos diretos necessários à conclusão do estoque.
- Ⓔ custo de oportunidade do negócio.

QUESTÃO 63

Determinada sociedade adquiriu, por R\$ 180.000, um equipamento, que ficou disponível para uso em condições operacionais em 2/1/2008. Sabe-se que:

- a vida útil do bem foi estimada em 10 anos;
- a empresa costuma constituir um valor residual de 10% para todos os seus equipamentos e utilizar o método linear para a aplicação da depreciação;
- ao final do oitavo ano de utilização do equipamento, a empresa constatou que a venda do bem geraria um caixa líquido de R\$ 50.000;
- a empresa constatou também, ao final do oitavo ano de utilização do bem, que o equipamento, se continuar em operação, gerará retornos líquidos de caixa de R\$ 38.000.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R3) — redução ao valor recuperável de ativos —, ao final do oitavo ano de utilização do bem, a empresa deverá constituir uma provisão para perda de valor recuperável

- Ⓐ superior a R\$ 10.000 e inferior a R\$ 20.000.
- Ⓑ superior a R\$ 20.000.
- Ⓒ inferior a R\$ 1.000.
- Ⓓ superior a R\$ 1.000 e inferior a R\$ 5.000.
- Ⓔ superior a R\$ 5.000 e inferior a R\$ 10.000.

QUESTÃO 64

A tabela a seguir apresenta as contas e os respectivos saldos, em reais, do patrimônio líquido de uma empresa, ao final de certo exercício.

capital subscrito	1.000.000
capital a integralizar	250.000
reserva de ágio em ações	15.000
reserva legal	100.000
reserva para contingências	50.000
ajuste de avaliação patrimonial	75.000
prejuízos acumulados	5.000
ações em tesouraria	25.000

Considerando-se que os instrumentos financeiros com reconhecimento do valor justo no patrimônio líquido tenham apresentado desvalorização no período, é correto afirmar que o patrimônio líquido dessa empresa é igual a

- Ⓐ R\$ 860.000.
- Ⓑ R\$ 960.000.
- Ⓒ R\$ 1.510.000.
- Ⓓ R\$ 710.000.
- Ⓔ R\$ 810.000.

QUESTÃO 65

O balanço patrimonial comparativo de determinada empresa apresentava os seguintes saldos, em reais, nas contas ativas e passivas, ao final do ano 20X1.

	20X0	20X1
caixa	1.500	2.300
duplicatas	500	1.000
estoques	1.000	1.500
móveis	1.200	1.500
depreciação	200	320
terrenos	2.000	3.000
participações	500	2.640
fornecedores	1.000	2.000
empréstimos	1.000	1.470
imposto de renda	0	1.050
capital	4.500	6.000
reservas de lucros	0	1.100

Com base nessas informações, é correto afirmar que o fluxo de caixa das atividades operacionais apurado pelo método indireto

- A** gerou R\$ 3.120 em caixa.
- B** gerou R\$ 1.120 em caixa.
- C** consumiu R\$ 3.440 em caixa.
- D** consumiu R\$ 3.120 em caixa.
- E** gerou R\$ 3.440 em caixa.

QUESTÃO 66

Julgue os próximos itens, a respeito do tratamento de ativos intangíveis, conforme pronunciamento do CPC.

- I O início da amortização dos ativos intangíveis, que se caracterizam como itens imateriais, não depende da colocação desse tipo de ativo em condições operacionais.
- II Caso não seja possível definir o padrão de consumo do item intangível ou caso a definição dada não seja confiável, a amortização do ativo intangível deverá ser realizada pelo método linear.
- III O reconhecimento de um ativo intangível gerado internamente é possível, desde que sejam identificados os custos incorridos para sua geração e preenchidos os requisitos normativos para seu reconhecimento.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 67

Com relação a procedimentos contábeis diversos, julgue os itens seguintes.

- I Uma sociedade deve registrar uma provisão sempre que, em função de seu compromisso público e de sua reputação, for exigível um sacrifício de bens que possam gerar benefícios econômicos para ela, ainda que não haja legislação ou compromisso contratual que a obrigue a fazê-lo.
- II Na demonstração de resultado do período, contas como custo da mercadoria ou dos produtos vendidos, despesas administrativas, despesas comerciais e despesas financeiras constituem despesas denominadas em conformidade com sua natureza.
- III A demonstração de mutações do patrimônio líquido não é obrigatória, de acordo com a Lei n.º 6.404/1976, apesar da relevância dessa demonstração para o entendimento de fatos que possam modificar o patrimônio social de uma empresa em dado período.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 68

Uma empresa pretende vender um de seus equipamentos industriais usados a outra empresa do mercado, pelo valor de R\$ 399.300, a ser recebido em parcela única dois anos exatos após a venda. A taxa de juros implícita da operação é de 10% ao ano.

Nessa situação hipotética, no momento da venda em questão, a empresa deve contabilizar

- A** uma receita de juros inferior a R\$ 70.000.
- B** um valor superior a R\$ 360.000 como contas a receber.
- C** uma receita de R\$ 400.000 pela venda do imobilizado.
- D** um valor de juros a transcorrer superior a R\$ 70.000.
- E** um valor a receber inferior a R\$ 350.000.

QUESTÃO 69

A seguir, são apresentadas funções de demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

- I demonstrar receitas e despesas previstas em comparação com as realizadas
- II evidenciar a movimentação financeira e apresentar o resultado da entidade
- III apresentar as alterações verificadas no patrimônio e o resultado decorrente da comparação de variações aumentativas e diminutivas
- IV descrever a evolução/involução do patrimônio da entidade

Assinale a opção que relaciona corretamente cada função descrita com a respectiva demonstração contábil indicada.

- A** I – balanço orçamentário; II – balanço financeiro; III – demonstração das variações patrimoniais; IV – demonstração das mutações do patrimônio líquido
- B** I – balanço orçamentário; II – balanço financeiro; III – demonstração das mutações patrimoniais; IV – demonstração das variações patrimoniais
- C** I – balanço orçamentário; II – balanço financeiro; III – balanço patrimonial; IV – demonstração das variações patrimoniais
- D** I – balanço financeiro; II – balanço orçamentário; III – balanço patrimonial; IV – demonstração das mutações do patrimônio líquido
- E** I – balanço financeiro; II – balanço orçamentário; III – balanço patrimonial; IV – demonstração das variações patrimoniais

QUESTÃO 70

O prefeito de um município declarou calamidade pública em decorrência de danos causados por fortes chuvas. Milhares de pessoas desabrigadas foram alojadas em um ginásio de esportes, e o prefeito comprometeu-se a providenciar colchões, cobertores e mantimentos, mesmo sabendo que não havia dotação orçamentária para cobrir esse tipo de despesa.

Nessa situação hipotética, para atender à demanda da população e adquirir os referidos bens e mantimentos para amparo às vítimas, o prefeito deverá solicitar

- A** abertura de créditos especiais para calamidade pública, utilizados para atendimento de despesas não previstas.
- B** abertura de créditos extraordinários com a finalidade de atender despesas urgentes, que independem de disponibilidade prévia de recursos.
- C** abertura de créditos adicionais, cuja disponibilização para uso dependerá de aprovação dos vereadores do município.
- D** recursos orçamentários ao governo federal, em decorrência da situação de calamidade pública.
- E** abertura de créditos suplementares destinados ao reforço de dotação orçamentária inexistente.

QUESTÃO 71

Julgue os itens a seguir, a respeito de operações de crédito.

- I Nem toda operação de crédito realizada pelo Estado é representada pelo ingresso de recursos financeiros.
- II O recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens é uma operação de crédito.
- III As obrigações financeiras assumidas em decorrência da captação de recursos por meio da emissão de títulos públicos é uma operação de crédito mobiliária.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Espaço livre

QUESTÃO 72

A tabela a seguir é parte de um documento destinado à prestação de contas de um ente federativo. O documento foi submetido à análise de um auditor, que identificou incorreções nos dados prestados.

receitas e despesas orçamentárias (em R\$)

despesas correntes	
pessoal e encargos	740.000
aquisição de materiais de consumo	12.000
manutenção de equipamentos	64.000
diárias	8.000
aquisição de <i>softwares</i>	28.000
total de despesas correntes	852.000
despesas de capital	
reformas e obras	102.000
aquisição de computadores	55.000
amortização de empréstimos	43.000
total de despesas de capital	200.000
receitas correntes	
imposto sobre serviços de qualquer natureza	226.000
taxas de prestação de serviços	18.000
produção animal e derivados	32.000
transferências da União	500.000
dívida ativa tributária	110.000
total de receitas correntes	886.000
receitas de capital	
operações de crédito	110.000
alienação de móveis	8.000
receita imobiliária	48.000
total de receitas de capital	166.000

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que a tabela poderá ser corrigida mediante a

- A** reclassificação da amortização de empréstimos como despesa corrente.
- B** reclassificação da aquisição de materiais de consumo como despesa de capital.
- C** reclassificação da dívida ativa tributária como receita de capital e a reclassificação da receita imobiliária como receita corrente.
- D** revisão dos valores de despesas de capital, que não podem suplantar as receitas de mesma classificação.
- E** reclassificação da aquisição de *softwares* como despesa de capital e a reclassificação da receita imobiliária como receita corrente.

QUESTÃO 73

Uma entidade pública realizou operação de arrendamento mercantil financeiro de um ativo tangível. O gestor contábil interpretou a operação como direito cedido por meio de contrato de licenciamento e contabilizou o fato como ativo intangível.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção que indica a característica qualitativa da informação violada pela entidade quando da publicação dos relatórios contábeis.

- A** compreensibilidade
- B** tempestividade
- C** imparcialidade
- D** relevância
- E** representação fidedigna

QUESTÃO 74

A tabela seguinte refere-se a itens comprados em procedimento licitatório realizado por uma entidade pública. Todos os itens foram postos em funcionamento no dia 2/1/20X7.

item	quantidade	valor unitário (em R\$)	custo unitário para pôr o ativo em funcionamento (em R\$)	tempo de vida estimado (em anos)
computador	10	3.000	500	4
impressora	5	800	não há	4
copiadora	2	10.000	não há	5

Considerando as informações precedentes e os dispositivos da contabilidade para entidades públicas quanto ao registro da depreciação pelo método de cotas constantes, assinale a opção correta.

- A** A despesa anual de depreciação, que deve ser contabilizada com o mesmo valor todos os anos, corresponde a R\$ 13.750.
- B** A depreciação acumulada dos ativos, ao final do terceiro ano, será inferior a 75% do valor total das aquisições.
- C** O valor contábil dos ativos descritos no balanço patrimonial de 31/12/20X7 corresponde a R\$ 59.000.
- D** Ao final do exercício de 20X7, o valor da despesa de depreciação descrita no ativo imobilizado corresponderá a R\$ 13.550.
- E** O valor total da despesa de depreciação, ao final do exercício de 20X8, corresponderá a R\$ 25.000.

QUESTÃO 75

A tabela a seguir apresenta entradas e saídas de recursos pertencentes a um ente federativo municipal, em certo exercício financeiro.

ingressos de recursos (em R\$)	
operações de crédito	180.000
alienação de bens móveis	40.000
transferências correntes	400.000
impostos	600.000
taxas de prestação de serviços	25.000
transferência da União para aquisição de ativo não circulante	100.000
saídas de recursos (em R\$)	
peçoal e encargos	450.000
amortização da dívida	130.000
aquisição de ativo não circulante	280.000
juros	50.000
fornecedores de materiais de consumo	150.000
fornecedores de suprimentos hospitalares	180.000

O prefeito do município questionou o gestor contábil quanto ao fluxo de caixa operacional decorrente das contas do município, e este lhe informou que a prefeitura havia gerado um fluxo de R\$ 170.000, valor que, segundo o gestor, foi obtido após a soma dos valores referentes a transferências correntes e impostos deduzidos do somatório de pessoal e encargos, juros, fornecedores de materiais de consumo e fornecedores de materiais hospitalares.

Nessa situação hipotética, o gestor contábil apresentou ao prefeito uma informação incorreta, pois a prefeitura

- A** gerou, na realidade, R\$ 65.000, dado que amortização de dívida é uma conta de fluxo operacional.
- B** gerou R\$ 245.000, uma vez que pagamento de juros é conta de fluxo de financiamento e, portanto, não deve ser contabilizado como operacional.
- C** consumiu R\$ 85.000, visto que a aquisição de ativos não circulantes necessários ao funcionamento da prefeitura deve ser contabilizada como atividade operacional.
- D** gerou um caixa de R\$ 195.000, visto que o valor referente à receita de taxas de prestação de serviços compõe o fluxo operacional.
- E** consumiu R\$ 195.000 de caixa.

QUESTÃO 76

Um hospital público adquiriu um equipamento para radiologia e diagnóstico por imagem. Os dados relativos à compra são os seguintes:

- data de aquisição: 31/12/20X4;
- valor de compra: R\$ 920.000;
- vida útil estimada: 10 anos;
- valor residual previsto ao fim de 10 anos: R\$ 20.000.

Ao final do exercício de 20X7, após contabilização da depreciação, a entidade realizou teste de recuperabilidade em razão de evidências de que o desempenho do serviço do ativo poderá ser pior que o esperado. Identificou-se que o valor justo do equipamento hospitalar, deduzido de custos para comercialização, era R\$ 610.000, e que o valor de uso era R\$ 600.000.

Considerando essas informações, o gestor contábil deverá contabilizar uma perda por recuperabilidade no valor de

- A** R\$ 30.000.
- B** R\$ 24.000.
- C** R\$ 20.000.
- D** R\$ 14.000.
- E** R\$ 34.000.

QUESTÃO 77

O Sistema de Informações de Custos do Governo Federal adota como metodologia de cálculo o que a Secretaria do Tesouro Nacional denomina de custo direto. A base de cálculo para a mensuração do custo direto, que subsidia decisões gerenciais, inclui, entre outros, os custos correspondentes a

- A** pessoal ativo e inativo.
- B** investimentos, pessoal ativo e juros.
- C** aquisição de ativos, material de consumo e pessoal ativo.
- D** despesas de capital e pessoal ativo.
- E** despesas de capital e despesas correntes.

QUESTÃO 78

O orçamento que se caracteriza por apresentar propósitos para os créditos orçamentários solicitados, os custos necessários para o alcance de tais propósitos e informações quantitativas que mensurem os resultados é denominado

- A** orçamento por objeto.
- B** orçamento por desempenho.
- C** orçamento base-zero.
- D** orçamento funcional-programático.
- E** orçamento participativo.

QUESTÃO 79

A fim de proceder à correta elaboração de relatórios financeiros, o gestor de uma entidade pública solicitou ao departamento jurídico informações sobre a existência de eventos resultantes de obrigações presentes decorrentes de eventos passados em que as probabilidades de saída de recurso tivessem sido classificadas como prováveis e remotas. Em resposta, o gestor recebeu a seguinte tabela.

natureza do evento jurídico	saída de recurso	confiabilidade da mensuração	valor estimado (em R\$)
trabalhista	provável	estimativas confiáveis	250.000
fiscal	provável	estimativas confiáveis	100.000
fiscal	remota	estimativas confiáveis	420.000
cível	remota	estimativas não confiáveis	230.000
ambiental	provável	estimativas não confiáveis	180.000

Considerando essas informações, o gestor deverá reconhecer e evidenciar na conta de provisões um montante igual a

- A R\$ 770.000.
- B R\$ 950.000.
- C R\$ 1.180.000.
- D R\$ 250.000.
- E R\$ 350.000.

QUESTÃO 80

O instrumento de sistematização da ação de governo que é mensurado por indicadores estipulados no plano plurianual e que visa ao alcance de objetivos propostos é denominado

- A projeto.
- B atividade.
- C operação especial.
- D programa.
- E categoria de programação.

CONTROLE EXTERNO**QUESTÃO 81**

Um agente público sem aprovação em concurso público foi nomeado, mediante celebração de contrato de trabalho, para assumir um cargo em emprego público efetivo, em razão de necessidade de excepcional interesse público.

O referido ato de nomeação poderá ser

- A anulado, devendo o agente nomeado devolver a remuneração recebida pelo trabalho efetivamente prestado.
- B anulado pelo Poder Judiciário, que invalidará os atos praticados pelo empregado no desempenho de suas atribuições funcionais.
- C revogado pelo Poder Judiciário, independentemente de provocação pelo interessado, considerando-se o menosprezo à exigência de aprovação prévia em concurso público.
- D anulado pela administração pública, de modo que os efeitos da anulação retroajam às suas origens, invalidando-se as consequências passadas, presentes e futuras do ato anulado.
- E anulado, assim como revogados os atos vinculados, os que tenham exaurido os seus efeitos e os que tenham gerado direitos subjetivos.

QUESTÃO 82

Mais de 450 obras executadas com recursos públicos foram interrompidas em um estado. Foi constatado desrespeito às regras licitatórias, o que possibilitou a emissão de notas fiscais falsas e a participação de empresas não atuantes no ramo e de empresas inexistentes. Devido a essa situação preocupante, o Tribunal de Contas da União (TCU) fixou prazo para que se adotassem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Compete ao TCU averiguar o mau uso de recursos públicos e determinar a quebra do sigilo bancário dos envolvidos.
- B Mesmo que parte dos processos licitatórios tenha sido regular, o TCU pode indicar irregularidades na execução contratual, como as relativas à forma de pagamento acordada.
- C Para realizar exame de regularidade, o TCU poderá solicitar, até o final do processo licitatório, cópia dos editais de licitação já publicados e sugerir medidas corretivas pertinentes.
- D Havendo débito, o TCU ou o relator, tendo verificado irregularidades, determinará audiência para que o responsável apresente as devidas justificativas.
- E Detectada a prática de ilegalidade, cabe ao TCU determinar, de forma autônoma, a sustação imediata dos contratos firmados.

QUESTÃO 83

O controle externo da administração pública

- A é hierarquicamente superior ao controle interno de cada órgão.
- B pode ser realizado de forma ampla e irrestrita.
- C pode invalidar atos produzidos que infrinjam a legislação.
- D é competência do Poder Executivo, com auxílio dos tribunais de contas.
- E avalia o cumprimento das metas previstas no plano plurianual bem como a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

QUESTÃO 84

O sistema de controle interno, mantido de forma integrada pelos Poderes da União, tem, entre suas finalidades, a atribuição de

- A exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- B promover a consolidação das contas nacionais.
- C elaborar e executar a programação financeira da União.
- D apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta.
- E sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

QUESTÃO 85

Vários estados da Federação enfrentavam problemas relacionados à entrega de correspondências: o percentual de cartas não entregues havia dobrado e, conforme o tipo de encomenda, os atrasos tinham quintuplicado. Em razão disso, um deputado federal apresentou requerimento de convocação do ministro das Comunicações para que este prestasse esclarecimentos sobre as principais razões para essa crise dos serviços postais no Brasil. O pedido foi aprovado pela maioria absoluta do plenário, e foi efetuada a convocação do ministro.

Nessa situação hipotética, a Câmara Legislativa exerceu o controle

- A** interno.
- B** prévio.
- C** administrativo.
- D** parlamentar.
- E** judicial.

QUESTÃO 86

Com relação ao pedido escrito de informação no âmbito do controle parlamentar, assinale a opção correta.

- A** A legitimidade ativa para requerer informações por pedido escrito é da Câmara dos Deputados e do Senado Federal exclusivamente, sendo vedado o requerimento pelas comissões de cada uma dessas Casas.
- B** É permitido impetrar mandado de segurança a fim de compelir determinada autoridade estatal a prestar as devidas informações caso a autoridade não tenha atendido ao pedido.
- C** O pedido escrito de informação tem por finalidade a obtenção de informações relacionadas com o exercício das atribuições da administração pública.
- D** A legitimidade passiva para o fornecimento de informações é apenas dos ministros de Estado.
- E** O prazo estipulado para que as informações sejam devidamente prestadas é de trinta dias, cabendo prorrogação por igual período.

QUESTÃO 87

O controle externo da execução orçamentária da administração pública pelos tribunais de contas

- A** compreende a averiguação da legalidade dos atos de que resulte a arrecadação de receita ou a realização de despesa.
- B** abrange a apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de nomeação para cargos de provimento em comissão.
- C** compreende a apreciação da legalidade dos atos de que resultem a previsão de receita e a fixação de despesa, assim como as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- D** é realizado unicamente por meio de ofício, quando executado na fiscalização de editais de licitação de bens.
- E** abrange os órgãos integrantes das administrações direta e indireta, salvo aqueles que executam atividades do Poder Judiciário.

QUESTÃO 88

O tribunal de contas de determinado estado emitiu parecer prévio favorável à aprovação das contas anuais referentes ao exercício de 2017 do governo de determinado município do estado. O parecer continha uma série de recomendações que deveriam ser cumpridas, sob pena de reflexos negativos na apreciação das contas relativas ao exercício do ano de 2018.

O parecer prévio é

- A** um meio de controle para provocar o reexame de atos administrativos.
- B** um meio de controle inerente ao poder hierárquico.
- C** peça técnico-jurídica de natureza opinativa cuja finalidade é subsidiar o julgamento das contas pelo Poder Legislativo.
- D** emitido pelo órgão ao qual compete a fiscalização da prestação de contas anual do município e prevalecerá por decisão de três quintos dos membros da câmara municipal.
- E** peça de natureza política que orienta o Poder Legislativo no julgamento das contas prestadas anualmente pelo Poder Executivo.

QUESTÃO 89

No controle administrativo, o meio utilizado para se expressar oposição a atos da administração que afetam direitos ou interesses legítimos do interessado é denominado

- A** fiscalização hierárquica.
- B** pedido de reconsideração.
- C** reclamação.
- D** recurso administrativo.
- E** representação.

QUESTÃO 90

Um servidor aprovado em concurso público ingressou no cargo de analista de controle externo de determinado órgão e começou a atuar em atividades relativas à fiscalização e ao controle externo da arrecadação. Após o período de estágio probatório, ele passou a adular algumas decisões a pedido de interessados, tendo recebido, em troca, expressiva vantagem econômica.

Conforme a Lei n.º 8.429/1992, em decorrência dessa conduta ímproba, o referido servidor está sujeito

- A** ao pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano causado e à perda da função pública.
- B** à punição de caráter penal, a multas e à reparação do dano ao erário.
- C** à pena de demissão, após processo administrativo disciplinar.
- D** à prisão preventiva ou domiciliar sem perda da função pública.
- E** à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos e pagamento de multa civil.

QUESTÃO 91

José solicitou informações relativas à gestão de determinado órgão do Poder Executivo federal. Apesar de ele ter atendido às normas de identificação estabelecidas pelo órgão em questão, foi-lhe negado o acesso às informações requeridas. Em razão dessa recusa, José apresentou recurso à autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a primeira decisão, mas novamente seu acesso foi negado.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei de Acesso à Informação, para tentar ter acesso às informações requeridas, José poderá recorrer

- A à Advocacia-Geral da União (AGU).
- B à Defensoria Pública da União (DPU).
- C ao Congresso Nacional.
- D à Controladoria-Geral da União (CGU).
- E ao Tribunal de Contas da União (TCU).

QUESTÃO 92

De acordo com o que determina a Resolução n.º 12/2008 — Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais —, as contas de determinado gestor deverão ser consideradas ilíquidas caso

- A comprovem dano injustificado ao erário em decorrência de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico.
- B comprovem grave infração à norma legal ou regulamentar, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.
- C evidenciem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, mesmo que não causem dano ao erário.
- D venha a ser materialmente impossível o julgamento de mérito, por motivo de força maior ou caso fortuito.
- E expressem inexistência dos demonstrativos contábeis, mesmo que os atos de gestão do responsável sejam legais, legítimos, econômicos e razoáveis.

QUESTÃO 93

Julgue os itens a seguir, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- I O TCU tem competência para fiscalizar procedimentos de licitação e pode expedir medidas cautelares para prevenir lesão ao erário.
- II É constitucional norma estadual que estabelece a competência do respectivo tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- III A revogação ou a anulação de aposentadoria já apreciada e registrada pelo TCU prescinde de nova aprovação do colegiado desse órgão para se confirmar, ao contrário do que ocorre com a anulação dos atos de admissão.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 94

Proferidas por meio de acórdãos nos quais são consubstanciados os julgamentos de contas e de processos oriundos de fiscalizações, as decisões do TCU

- A estão sujeitas ao controle do Poder Judiciário, por meio de mandado de segurança de competência originária do STF.
- B são irreformáveis pelo Poder Judiciário, uma vez que o TCU é cúpula da jurisdição administrativa, que não se confunde com a jurisdição do Poder Judiciário.
- C são reformáveis pelo Poder Judiciário, por meio de recurso extraordinário interposto para o STF.
- D são reformáveis pelo Poder Judiciário, por meio de recurso especial interposto para o STJ.
- E estão sujeitas ao controle do Poder Judiciário, por meio de mandado de segurança de competência originária do STJ.

QUESTÃO 95

Uma sociedade de economia mista da União realizou procedimento licitatório, conforme norma a ela aplicável, para elaboração de projeto executivo e construção da nova sede da empresa. O procedimento foi encerrado com a contratação da construtora vencedora. Durante a execução da obra, o gerente responsável pagou à construtora por etapa ainda não concluída, sob a alegação de que esse pagamento propiciaria o término dos trabalhos em menor prazo. Em fiscalização, equipe do TCU entendeu que o referido pagamento adiantado contrariava as normas aplicáveis à execução do contrato.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A CF não estabelece, por si, cominações aplicáveis à situação em apreço, mas prevê a possibilidade de aplicação de multa pelo TCU ao gerente responsável, desde que prevista em lei.
- B O TCU pode, caso verifique ilegalidades, assinar prazo para que a empresa adote as providências para cumprimento da lei; para isso, no entanto, o tribunal deve ser autorizado pelo Congresso Nacional.
- C A referida sociedade de economia mista da União é uma empresa estatal que não recebe recursos do Tesouro Nacional; por conseguinte, o TCU não possui competência para fiscalizar seus atos.
- D O TCU possui competência para fiscalizar atos dessa sociedade de economia mista da União, devendo tal fiscalização ser requerida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal.
- E O TCU deve sustar imediatamente o contrato em execução e, na sequência, comunicar o fato ao Congresso Nacional, para que este tome as demais providências.

QUESTÃO 96

Um servidor efetivo do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) cometeu falta em serviço. Instaurado processo administrativo-disciplinar contra o servidor, foi garantido a ele o direito ao contraditório e à ampla defesa. O entendimento final foi que o servidor desempenhou conduta irregular.

Nessa situação hipotética, a aplicação da sanção cabível ao servidor será feita pelo

- A diretor-geral do TCE/MG.
- B corregedor do TCE/MG.
- C plenário do TCE/MG.
- D presidente do TCE/MG.
- E secretário-geral do TCE/MG.

Espaço livre

QUESTÃO 97

Além dos conselheiros, o TCE/MG compõe-se de quatro auditores que substituem os conselheiros em caso de ausência e impedimentos destes últimos. A esses auditores são asseguradas as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos e subsídio de

- A** juízes de última instância.
- B** procuradores do Ministério Público Federal.
- C** secretários estaduais.
- D** desembargadores.
- E** ministros do STJ.

QUESTÃO 98

O TCE/MG, ao constatar irregularidade em obrigação por ele determinada em processo de sua competência, poderá aplicar a sanção de

- A** suspensão dos direitos políticos.
- B** perda dos direitos políticos.
- C** declaração de inelegibilidade.
- D** inabilitação para o exercício de cargo em comissão.
- E** perda de bens na quantia do débito.

QUESTÃO 99

Um secretário de estado de Minas Gerais, provocado pela equipe técnica da sua secretaria, encaminhou consulta ao TCE/MG, a fim de obter o entendimento desse tribunal a respeito da aplicação correta de norma com repercussão financeira e orçamentária, mas que não versava sobre caso concreto.

Nessa situação, o TCE/MG deverá deliberar mediante

- A** resolução.
- B** parecer.
- C** acórdão.
- D** provimento.
- E** instrução.

QUESTÃO 100

Um gestor público do estado de Minas Gerais praticou irregularidade em procedimento licitatório. Como consequência, o TCE/MG, em caráter definitivo, rejeitou suas contas e o condenou ao pagamento de multa. No entanto, foi constatada divergência entre essa decisão e outra, em caso análogo, que havia sido proferida pelo Tribunal Pleno.

Nessa situação hipotética, contra a decisão definitiva, o gestor poderá valer-se de

- A** recurso de reconsideração.
- B** embargos de declaração.
- C** recurso de agravo.
- D** embargos infringentes.
- E** recurso de revisão.